



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Ata da Sessão Extraordinária de 9 de julho de 2018

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, reuniu a Assembleia Municipal, na Sala das Sessões, nos Paços do Concelho.

PRESENTES

Eleitos: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; André Sérgio Navarro de Noronha; Tiago Barbosa Ribeiro; Fernando Miguel Pinho de Faria Bravo, em substituição do Senhor Deputado Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Tiago Serrano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança de Assunção de Araújo Lima; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano, em substituição da Senhora Deputada Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Pedro Luís da Rocha Baptista; Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição da Senhora Deputada Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Pedro Braga de Carvalho; José Manuel Pinto Varela, em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães; Pedro Miguel Cardoso Lourenço; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Artur Jorge da Silva Braga, em substituição do Senhor Vereador Rui Carlos Morais Lage; Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; Diogo Miguel de Sá Meireles; Bebiana Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Maria Francisca de Castro Ribeiro Pereira da Silva, em substituição da Senhora Deputada Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Serafim Ferreira Nunes; Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;



Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia: Junta de Freguesia do Bonfim, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Teixeira da Motta de Almeida Campos Furtado, em substituição do Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Nuno Raposo de Magalhães Ortigão de Oliveira; União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca; Luís Manuel Noura Grabulho, em substituição da Senhora Presidente da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Verificando-se a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** declarou aberta a sessão, dando início ao Período da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

(Convocatória expedida 02/07/2018)

1. Deliberação sobre o apoio à Produtora Desafio dos Piratas, Unipessoal, Lda., no decurso da produção da série "Gigantes".

Aprovada, por unanimidade.

Saiu da Sala a Senhora Deputada Bebiana Cunha.

2. Deliberação sobre o apoio do Município do Porto à ESAD IDEA – Associação para a Promoção da Investigação em Design e Arte para a concretização da "Porto Design Biennale"

O Senhor Deputado Alberto Araújo Lima (PSD) declarou que: "Nós vamos usar da palavra neste ponto exclusivamente, porque é o único que não votaremos a favor, apesar de concordarmos com a realização e com a ideia de realização de um evento deste cariz,



que, aliás, trocando as palavras e provavelmente algum detalhe, veio refletido em programas eleitorais do PSD, em 2013 e 2017, entendemos que, e na sequência até do que foi discutido na reunião do Executivo, o valor em causa neste apoio é demasiado alto para não termos explicações mais detalhadas sobre as razões, os impactos e os benefícios de um patrocínio de quase um milhão de euros, apesar de ser dividido por dois anos, julgo eu.

Ainda hoje, nesta Assembleia, se discutiram vários pequenos investimentos, que terão um impacto mais visível na qualidade de vida dos portuenses, um deles muito mediático, que é a questão das gaivotas, e todos o assumiram. O Senhor Presidente invocou até a Batalha de Londres, e eu acho que isso diz muito a todos nós, deixando aqui um espírito que eu gostava de relevar, que é, os ingleses na Batalha de Londres resistiram, quando tudo indicava que iam perder. Portanto, vamos fazer o mesmo com as gaivotas, vamos apontar-lhes tudo o que tivermos do ponto de vista antiaéreos para resistir à investida delas.

Portanto, aquilo que eu dizia é que, do ponto de vista do valor investido, tendo em conta outras realidades e de urgência, porque este problema das gaivotas está no início, cremos que há outro tipo de prioridades, não obstaculizando, obviamente, este tipo de iniciativas e, por isso, o nosso voto não é contrário, é uma questão de opção política, mas, apesar de acharmos que careceria de maior explicação, vamo-nos abster”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) considerou que: “Havendo acordo relativamente à importância desta iniciativa e esta iniciativa se poder realizar em diversos espaços do Porto, parece-nos que a verba que lhe está associada, e estamos a falar de uma bienal que custará cerca de 2,5 milhões de euros, dos quais 800 mil euros serão pagos pela Câmara Municipal do Porto, 540 mil euros serão pagos pela Câmara Municipal de Matosinhos e mais um conjunto de patrocínios, parece-nos manifestamente exagerado, salvo se o programa da mesma ultrapassa a informação que é disponibilizada neste momento. Portanto, nós, olhando para esta proposta que aqui vem e não tendo nenhuma informação por parte do Senhor Presidente da Câmara, não sabemos se há algum património que depois vai ficar no Município do Porto, ou seja, se o Município vai ficar com a propriedade de algumas das obras que venham a ser expostas.



Portanto, parece-nos que é dinheiro a mais para uma bienal e o subsídio atribuído pela Câmara do Porto também nos parece demasiado grande face ao contexto da iniciativa e àquilo que nos foi explicado. Daí o pedido de esclarecimentos”.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) informou que: “Relativamente a esta proposta o BE vai votar a favor, porque entendemos que investir numa iniciativa deste cariz faz sentido à cidade, no entanto subscrevemos as preocupações com o valor em causa, sobretudo se atentarmos aos consideramos que aqui estão, na prossecução das suas atribuições em matéria de cultura, «Considerando a Porto Design Bienal, como uma iniciativa de relevante interesse Municipal...»; outro considerando «Compete à Câmara Municipal do Porto apoiar atividades de natureza cultural de interesse para o Município...». Tudo muito bem, mas então o BE exorta a que este tipo de apoios sejam consubstanciados numa política cultural da cidade, que é diferente de programação cultural, sustentada com critérios evidentes que permitam perceber qual é a estratégia, e não apenas em iniciativas com algum caráter avulso ou com alguma relevância de interesse Municipal, ou seja, que possa reverter a favor de uma política cultural na cidade. Portanto, também este alerta a esta proposta e se vier algum esclarecimento será bem-vindo, mas desde já o BE vota a favor”.

Aprovada, por maioria, com 35 votos a favor (21 RM + 11 PS + 3 BE) e 10 abstenções (6 PSD + 1 PS + 3 CDU).

Entrou na Sala a Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN).

3. Deliberação sobre o apoio à Produtora SP Televisão, S.A., no decurso da produção da novela "Peso de Alma".

Aprovada, por unanimidade.

4. Deliberação sobre a cedência do imóvel sito à Avenida D. Carlos I, com a Esplanada do Castelo e Rua de D. Luís Filipe (Ex-Escola 85) à União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde.



O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) lembrou que: “A Escola 85, na Foz do Douro, é um edifício emblemático daquela freguesia, inserido na zona do Passeio Alegre, classificado como imóvel de interesse público e classificado no PDM como área de interesse urbanístico e arquitetónico e como área de equipamento existente, ou seja, exige a correta inserção urbana e paisagística da edificação e, portanto, tão importante como garantir que ele é devolvido ao usufruto daquela população é também cuidar da sua recuperação arquitetónica e urbanística.

O BE tem vindo, ao longo dos últimos meses, a propor, sobretudo na Assembleia de Freguesia de Aldoar, Foz e Nevogilde, precisamente que a Câmara e a Junta encontrem uma solução para a cedência deste espaço à gestão da União de Freguesias, de forma que esta pudesse colocá-la à disposição da sua população e das coletividades que tanto têm reivindicado que esta Escola volte a estar aberta para o seu usufruto público.

Em princípio, esta proposta parece-nos boa e parece-nos ir ao encontro daquilo que o BE vinha colocando, no entanto, a solução concreta que aqui nos é apresentada, não nos parece a mais correta. É que, sendo este um património imóvel da Câmara Municipal do Porto, nós entendemos que seria responsabilidade da Câmara e não da Junta de Freguesia fazer a sua recuperação e a sua reabilitação e que deveria ser a Câmara a fazer esse investimento e só depois o ceder.

Eu lembro aqui as palavras do Senhor Presidente da União de Freguesias que, durante meses a fio, nos foi dizendo que não podia pedir a cedência deste edifício, porque a Junta não tinha capacidade de o recuperar e, portanto, das duas uma, ou o investimento que aqui será feito é modesto e, portanto, a Câmara poderia facilmente fazê-lo, ou então trata-se de um investimento grande que muito onerará a Junta de Freguesia, que tem um orçamento de pouco mais de um milhão de euros. Portanto, verificando-se essa situação, nós corremos o risco de estar a empurrar a Junta de Freguesia para ficar refém da exploração comercial deste edifício para angariar receita para o manter e para o recuperar.

Aquilo que o BE não gostaria que acontecesse a este edifício é que ele passasse a ser destinado em grande medida à sua exploração comercial, em regime de parceria com privados, como, aliás, tem vindo a acontecer, mas sim que fosse maioritariamente disponibilizado para uso das suas coletividades e os seus públicos.

Portanto, a pergunta que o BE deixaria aqui, não só ao Senhor Presidente da Câmara, mas também aos representantes da Junta de Freguesia, é se estariam disponíveis para



rever este contrato de cedência, passando a Câmara a ser a responsável pelo investimento que é necessário fazer neste edifício, passando depois a Junta a geri-lo e a disponibilizá-lo à população”.

A Senhora Representante da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Furtado respondeu que: “Senhor Deputado Pedro Lourenço, sabe muito bem que a União de Juntas de Freguesia teve muito tempo para fazer este contrato, foi com o empenho pessoal do Senhor Presidente da Câmara, que aqui muito agradeço, e também com o empenho do Dr. Nuno Ortigão que esta cedência da Escola 85 veio a ver a luz do dia.

Não, nós não estamos interessados nem vamos querer que a Câmara Municipal assuma os custos da recuperação e da reabilitação da Escola 85. A Escola 85 tem um fim eminentemente social e cultural e não comercial, no entanto vai ter que ser um edifício sustentável. Portanto, naturalmente que toda a sua reabilitação, que vai ser a custo zero para a Câmara Municipal, vai ter que ter o apoio comercial de alguns negócios que lá poderão vir a surgir, mas será residual, porque o objetivo é cultural e social, agora, é um objetivo que tem que ser sustentado.

Portanto, não, nós não estamos interessados em ver alterado o contrato de cedência que tantos anos demorou a concretizar”.

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) disse que: “Atendendo especificamente ao que mencionou sobre as necessidades de requalificação do edifício, que em princípio procurarão outro tipo de meios para poder fazer face a essas necessidades, gostaria de saber se a União de Freguesias já tem identificados quais é que são esses outros meios e, se sim, de quem é que estamos a falar e com que contrapartidas”.

A Senhora Representante da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Furtado informou que: “Neste momento ainda não estamos prontos para apresentar um projeto, quando estivermos, com certeza que o Senhor Deputado o conhecerá”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira usou da palavra para dizer que: “Sobre esta matéria queria recordar o seguinte: esta Escola foi cedida à então Junta



de Freguesia da Foz do Douro, com um único objetivo que era instalar lá a sede da Junta de Freguesia.

A Junta de Freguesia da Foz estava, como sabe, situada num pequeno equipamento junto ao Mercado da Foz e foi uma velha aspiração da Junta de Freguesia, que tem muitos anos, instalar a sua sede naquele equipamento. E assim foi feito. Foi a Câmara que reabilitou, na altura, o edifício, entregando-o à Junta de Freguesia em boas condições de reabilitação.

Ainda antes de nós cá chegarmos, o que se verificou foi que a Junta de Freguesia não ocupou o edifício para o fim julgado pertinente pela Câmara Municipal no contrato de cedência que havia, deixando também que o edifício se degradasse por falta de manutenção. Essa falta de manutenção foi particularmente visível no caso das caleiras, o que fez com que uma parte do edifício passasse a meter água e ficasse em mau estado. Por outro lado, fez uma cedência, que não estava autorizada pelo contrato com a Câmara, a uma associação cultural da freguesia.

Esta foi a situação que nós encontramos e foi nesse sentido que nos pareceu-nos bem cedermos o edifício no estado em que está e que resulta do uso, ou falta de uso, por parte da Junta de Freguesia.

A União de Freguesias, no âmbito da anunciada delegação de competências e descentralização que se ia passar para as freguesias, e havendo uma velha pretensão, que o Presidente da Junta também denunciava, da falta de equipamentos disponíveis naquela parte da União de Freguesias para desenvolver atividades socioculturais. Portanto, foi nesse sentido que nos pareceu razoável fazer esta cedência.

Queria ainda assim notar que esta cedência, feita a nível não oneroso, tem um determinado objetivo, que é o que decorre da proposta, tendo sido nesse sentido que o Executivo Municipal votou.

Portanto, queria deixar aqui perfeitamente claro que esta proposta representa a cedência deste edifício à União de Freguesias para lá desenvolver atividades socioculturais, tal como está na proposta que foi aprovada na Câmara”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) interveio, dizendo que: “Eu creio que a questão que está aqui em cima da Mesa, não obstante esta explicação do Senhor Presidente da Câmara, é que, objetivamente, a degradação deste edifício deveu-se ao facto de a Junta de Freguesia da Foz e posteriormente a União de Freguesias de Aldoar, Foz e Nevogilde



não terem utilizado o equipamento para o fim inicialmente previsto, isto é, sede da Junta de Freguesia da Foz, tendo-o deixado degradar e por força desta situação, segundo a proposta que é feita, terá que ser a Junta a pagar estas obras, dizendo a Senhora Representante da Junta diz que a Junta assume esta situação, mas ao mesmo tempo é dito, e acho que com toda a razoabilidade, que a Junta de Freguesia vai ter que gastar dinheiro nas obras, pelo que tem que rentabilizar economicamente o equipamento. É esta a questão que aqui está em cima da Mesa e o que aqui está dito é exatamente que é para atividades socioculturais ou outras de carácter comercial.

A questão que aqui se coloca, e aqui é que está o busílis da questão, é que a Câmara Municipal do Porto, que não teve responsabilidade na degradação do imóvel, porque este equipamento está cedido à Junta há vários anos, atribui à Junta a responsabilidade pela sua manutenção, e diz a Junta também que para ter dinheiro para a reabilitação tem que rentabilizar economicamente aquele equipamento. E está aqui um risco, porque se a Senhora Representante da Junta de Freguesia, Senhora Presidente em exercício nesta Assembleia, tivesse já um programa para aquele equipamento, nós ficaríamos mais tranquilos, não tendo nenhum programa, ao votarmos este documento, e não obstante a Câmara ter que dar uma autorização relativamente a esta matéria em termos prévios à sua exploração comercial, de facto, nós ficamos receosos que o fim comercial que venha a ser descoberto pela Junta de Freguesia, para assegurar a sustentabilidade do equipamento, seja um fim que desvirtue aquilo que nós pretendemos para aquele mesmo equipamento.

Portanto, é uma preocupação que temos da leitura deste documento e já agora dizer também, em benefício da União de Freguesias, que não nos parece correto que neste documento esteja previsto que a área descoberta cedida pode ser alvo de alterações por parte da Câmara, desde que as mesmas sejam comunicadas previamente e desde que, qualquer alteração da área não se reflita na renda, porque a renda é atualizada de acordo com a inflação, mas suponhamos que a Câmara decide retirar todo o espaço descoberto, o que é permitido de acordo com este documento, a Junta continuará a pagar a mesma coisa. Eu bem sei que a intenção não é essa, mas o que está aqui no documento é assim portanto, também não parece correto que esteja desta forma. Portanto, o que eu proponho é que a renda seja atualizada se a Câmara decidir retirar a parte descoberta àquele prédio, isto é, que a renda seja atualizada em conformidade".



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira explicou que: “Relativamente ao espaço exterior da Escola, que, como sabe, é muito superior àquilo que é necessário para o edifício, a Câmara Municipal do Porto o que pretende precaver é um eventual reperfilamento daquela rua, isto é, havendo um antigo projeto do Arquiteto Alves Costa que previu ali um arranjo da Avenida a que se chama Esplanada do Castelo, pareceu-nos prudente garantir que amanhã poderemos retirar à escola, recuando o muro, uma parte do terreno que não é necessário para as atividades atinentes àquele equipamento e, sinceramente, também não nos parece, em função da renda que está a ser calculada por esta cedência, que faça sentido que um futuro Executivo Municipal tenha que andar a negociar reduções de renda, porque aquilo que a Junta pretende é o edifício com o espaço que lhe é devido.

Relativamente àquilo que diz, e diz bem, sobre nós estarmos a fazer uma cedência para fins socioculturais, no caso, como está previsto, de a Junta de Freguesia pretender lá fazer outra coisa, deve submeter à Câmara o respetivo plano e a Câmara aprovará ou não. É isso que nos parece razoável, atendendo a que não vai ser o Município que vai fazer a reabilitação. Não faz sentido agora, uma vez que ele não foi utilizado para aquele fim a Câmara Municipal voltar a fazer obras, principalmente, sem saber sequer que obras, porque não sabe exatamente o que é que a Junta vai lá fazer.

Parece-me que há questões de bom senso, não há portanto aqui nenhuma querela com a Junta, bem pelo contrário, e aquilo que nós pretendemos é fazer aquilo que temos feito com outras Juntas de Freguesia, situação que me parece perfeitamente normal”.

O Senhor Deputado Fernando Faria Bravo (PSD) referiu que: Estamos realmente a falar de um equipamento com enormes potencialidades para a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e, por isso, o PSD sempre defendeu a continuação do contrato existente e que o equipamento estivesse à disposição da União de Freguesias. Por isso, também, espantou-nos que, em algumas Assembleias de Freguesia, o Executivo da União de Freguesias quisesse devolver aquele equipamento à Câmara Municipal, ou seja, que ele deixasse de estar disponível para a freguesia.

Gostaria também de dizer ao Senhor Presidente que não é verdade que o equipamento estivesse recuperado. O equipamento foi recuperado exteriormente, já depois da assinatura do contrato, mas não no interior. Aliás, se lá entrarmos hoje não teremos dúvidas



que ele não está preparado para ser sede duma Junta de Freguesia, e não estava preparado naquela altura. Havia a promessa de se fazerem obras no interior do equipamento posteriormente, mas essas não se chegaram a realizar por diversas vicissitudes, de resto, se tivessem sido realizadas, como imagina, a Junta de Freguesia da Foz teria todo o gosto e interesse em utilizar aquelas instalações, porque as instalações junto ao Mercado da Foz, como o Senhor Presidente muito bem disse, não tinham a dignidade nem as condições ideais para serem sede da Junta de Freguesia, portanto, obviamente, que o equipamento teria sido logo ocupado e utilizado como sede de Junta de Freguesia. O PSD, como disse, sempre defendeu que este equipamento estivesse disponível para ser utilizado pela União de Freguesias e, portanto, vemos com agrado esta solução, mas temos que dizer aqui que não é perfeitamente claro qual vai ser o futuro do equipamento, o que é que significa exatamente os fins, e permitam-me aqui citar «...os fins socioculturais e comerciais e igualmente a possibilidade de realização de eventos». Que tipo de eventos?

Portanto, para nós é muito claro o seguinte, o equipamento deve estar à disposição da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e, por isso, votamos a favor em sede de Executivo Municipal e votaremos a favor aqui, mas esta aprovação estará sempre vinculada e nós estaremos sempre muito atentos ao plano concreto que venha a existir – como é que vai ser utilizado aquele equipamento, e o que é que são exatamente estes fins socioculturais, comerciais e eventos, que estão previstos, dos quais não sabemos grandes detalhes”.

A Senhora Representante da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Furtado interveio para dizer: “Muito rapidamente, só relativamente ao plano. O plano existe, Senhor Deputado, claro que ele existe, no entanto, ele ainda não está pronto para ser divulgado.

Eu gostaria de recordar que União de Freguesias tem mais de 100 eventos culturais por ano, e que, no nosso território, não existe nenhum local que possa albergar e concentrar este tipo de atividades, portanto, um dos objetivos, senão o objetivo, é que este tipo de atividades culturais possam ser realizadas num local único com todas as condições.

Portanto, o nosso objetivo é poder dinamizar a Escola 85 e poder lá colocar todos os nossos equipamentos.



Agora, naturalmente que há outros tipos de eventos que nós poderemos realizar neste maravilhoso espaço, portanto dê-nos a confiança de quem já realiza 100 eventos culturais por ano”.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) disse: “Senhora Presidente da União de Freguesias em exercício, nós concordamos com aquilo que disse e com as preocupações que transmitiu, mas quando nós discutimos aqui um contrato de cessão de um equipamento tão importante, convém que saibamos exatamente o que é que se vai passar com ele, até porque estamos a discutir uma cedência de um património da Câmara que queremos saber para o que vai ser usado e como vai ser recuperado e as nossas preocupações confirmaram-se, ou seja, estamos a colocar a União de Freguesias numa situação em que para gerir este espaço importante para a cidade vai ter que meter parceiros privados, que, segundo as palavras do Presidente da União de Freguesias, custariam milhares de euros. Portanto, aquilo que é o mínimo de transparência perante esta Assembleia é nós sabemos exatamente que parceiros são esses e que contrapartidas vão existir, porque nós temos que saber que cedência é que vamos fazer, e nós faremos essa luta na Assembleia de Freguesia para que as coisas se esclareçam.

Nós conhecemos bem a história deste edifício e, sobretudo a relação que o Executivo teve com este equipamento, que foi, aliás, de sempre negar ou rejeitar a proposta de cedência que hoje assina. Portanto, nós saudamos a mudança dessa posição e a nossa estranheza era precisamente essa, como é que o Executivo muda de opinião, sendo que as condições se mantinham. Pois afinal não se mantêm, há um parceiro privado, que não sabemos quem é, que gostaríamos de saber para perceber se o equipamento vai ser, de facto, disponibilizado à população e que contrapartidas é que vão ser dadas a privados.

E mais ainda estranhámos que, perante a possibilidade de a Câmara Municipal poder vir a assumir as responsabilidades da recuperação a primeira coisa que a Senhora Presidente em exercício, aqui disse foi «nós não queremos», ou seja, parece estar a querer colocar-se em posição de ter mesmo que precisar deste apoio do parceiro privado o que nos parece estranhíssimo.

Nós achamos que a Câmara Municipal tem a responsabilidade de assumir perante a Junta que tem a disponibilidade de fazer este investimento e de evitar que a Junta fique



refém deste parceiro que desconhecemos, deste modelo de financiamento que desconhecemos, porque nos parece que é a única forma de garantir que a sua União de Freguesias vai poder disponibilizar este equipamento para o uso que aqui nos apresentou e sem os custos que nós não sabemos quais vão ser”.

Aprovada, por maioria, com 40 votos a favor (6 PSD + 21 RM + 9 PS + 1 PAN + 3 BE) e 6 abstenções (3 CDU + 3 PS).

5. Deliberação sobre a aprovação de compromissos plurianuais da DomusSocial.

Aprovada, por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** submeteu à votação a **Minuta da Ata**, que foi **aprovada, por unanimidade**, declarando encerrada a sessão, eram 00h36.

O Presidente da Mesa

Miguel Pereira Leite

A 1.ª Secretária da Mesa

Paula Ribeiro de Faria